

Reflexões sobre o desenvolvimento em cidades pequenas: o caso de Esperança, estado da Paraíba



João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão^[1], Caroline Oliveira Porto Souza^[2]

[1] joao.aragao@ifpb.edu.br. [2] caroline.porto.souza@gmail.com.

RESUMO:

O presente trabalho teve como objetivo principal refletir a aparente dissociação entre o discurso de desenvolvimento e sua efetivação no âmbito interno das cidades pequenas, visando à identificação de suas peculiaridades a partir do caso de Esperança, estado da Paraíba. Situada no Agreste paraibano, esta cidade representa, em suas dinâmicas socioespaciais, os dilemas e as contradições do desenvolvimento em cidades pequenas. Utilizou-se o método hipotético dedutivo, visando analisar essas dinâmicas, desde suas configurações em escalas para além do recorte local até aquelas de materialização na dimensão intraurbana. Como resultados, verificou-se a amplitude científica do tema perante a contribuição de ciências como a Geografia, a Economia e a Sociologia. Além disso, observou-se a necessidade de ampliação e alinhamento entre as políticas públicas que condicionam a reprodução do espaço urbano e a efetivação do desenvolvimento, como prática de humanidade e sustentabilidade, para todos os que vivem nas cidades pequenas. O estudo da cidade de Esperança exemplificou a contradição existente, primeiramente, entre as políticas que limitam a perspectiva de desenvolvimento à dimensão econômica da vida social e política e, secundariamente, na desatenção do Estado aos espaços periurbanos (franjas urbanas) que expõem a urgência de ações para mitigar as carências de serviços públicos aos grupos sociais de menor poder aquisitivo, especialmente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Cidades pequenas. Esperança/PB.

ABSTRACT:

The Aim of this research is to debate the apparent dissociation between the development discourse and its effectiveness in the internal context of small cities, aiming to identify its peculiarities from the case of the city of Esperança, located at the Agreste region of the State of Paraíba. This city represents in its socio-spatial dynamics the dilemmas and contradictions of development in small cities. The deductive hypothetical method was used to analyze the socio-spatial dynamics from its configurations in scales beyond the local area, to those of materialization in the intra-urban dimension. As a result, the scientific scope of the subject was verified in relation to the contribution of sciences, such as Geography, Economics and Sociology. In addition, it was observed the need of enlargement and balance between public policies that drive to the reproduction of urban space and the implementation of development, as a practice of humanity and sustainability, for all who live in small cities. The study of the city of Esperança exemplified the contradiction. First of all, between policies that restricts the perspective of development to the economic dimension of social and political life and, secondly, the mismanagement of the state on periurban spaces (urban fringes) that expose the urgency of Actions to mitigate the lack of public services, especially, to the social groups of low income.

Keywords: *Development. small towns. Esperança/PB.*

1 Introdução

As cidades pequenas exercem papel secundário nas decisões inerentes ao funcionamento da rede urbana. Vê-se, contudo, que, nos últimos decênios, tais cidades têm sido incorporadas por processos de modernização da rede urbana oriundos dos fluxos que por esta rede expandem o modo de produção capitalista, principalmente por meio da difusão de práticas de produção e consumo.

Este processo tem recebido de forma indistinta às suas variantes a denominação de desenvolvimento, sobretudo quando marcada pela difusão de instrumentos técnicos de comunicação, transporte e logística bem como pela implementação de verdadeiras próteses num espaço sempre reproduzido, mediante novas engenharias voltadas à reprodução das relações sociais de produção econômica.

Considerando estas proposições, em que medida estes processos ilustram o desenvolvimento? O que se interpõe entre o campo teórico e prático por desenvolvimento? Até que ponto o ideal de desenvolvimento não vem sendo trajado por aspectos singularmente econômicos e estruturais? É possível conceber o desenvolvimento como processo de múltiplas vertentes, excluindo de sua conjuntura os aspectos sociais de acesso a serviços públicos?

Atualmente e especificamente nos exíguos espaços citadinos do mundo subdesenvolvido, nos quais se adensam parcelas significativas da população mundial, tem-se verificado o drama semiperiódico, porém endêmico, dos viventes assolados por crises ambientais, políticas e econômicas. Este quadro tem sido materializado, no decorrer da história, em países subdesenvolvidos, cuja soma de desigualdade social e formas de ocupação não planejadas dos recursos naturais determina fortes contradições e conflitos na configuração espacial das sociedades.

Países, como o Brasil, que reúnem milhares de cidades que incorporam a função de sedes municipais de pequena influência urbana em suas redes de relações econômicas e sociais, possibilitam o estudo das contradições reluzentes na paisagem das cidades pequenas. A funcionalidade dessas cidades na rede urbana é, historicamente, fadada a posições políticas e econômicas periféricas, conforme cada escala de relação econômica e social que se verifica e as possibilidades de drásticos períodos de crise intensificados por fatores ambientais – como falta de água, poluição, crises de saúde pública, de empregos e até

de isolamento econômico produtivo – podem ser amplificadas, haja vista sua reduzida centralidade e submissão aos imperativos econômicos externos.

Este trabalho é, então, fruto de um projeto de pesquisa cujo objetivo principal foi investigar a dissociação aparente entre o discurso de desenvolvimento e sua real concretização no âmbito interno e regional das cidades pequenas, visando à identificação de suas peculiaridades na cidade de Esperança-Paraíba. Situada no Agreste paraibano, esta cidade representa, em suas dinâmicas socioespaciais, os dilemas e contradições do desenvolvimento em cidades pequenas.

2 Material e métodos

Para este estudo, adotou-se o método hipotético dedutivo¹, dirigido por uma linha de raciocínio crítica e sistêmica, aderindo-se à ideia de que na natureza bem como na sociedade o todo formado é fruto da indissociabilidade de suas partes constituintes, tal como explicam Ab'Sáber (1969; 1994), Tricart (1977, 1992), Sothava (1978), Ross (1995, 2006), Bertrand (1968), Monteiro (2001) e Santos (2012a)². Justificamos a escolha do método em face das transformações ocorridas durante o século XX, as quais demandam modelos de análise integrada, visando contemplar as relações de interdependência entre fatores físicos e atividades humanas.

Para execução do método, elencaram-se técnicas empíricas que, segundo Severino (2007), devem ser concernentes a este. São elas: a) revisão bibliográfica sobre cidades pequenas e desenvolvimento, constituindo o arcabouço teórico; b) levantamento de documentos institucionais públicos municipais, estaduais e federais e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, permitindo a delimitação política e institucional do desenvolvimento; c) análise de campo para coleta de fotografias, observação in loco, levantamento cartográfico e de informações secundárias em órgãos municipais,

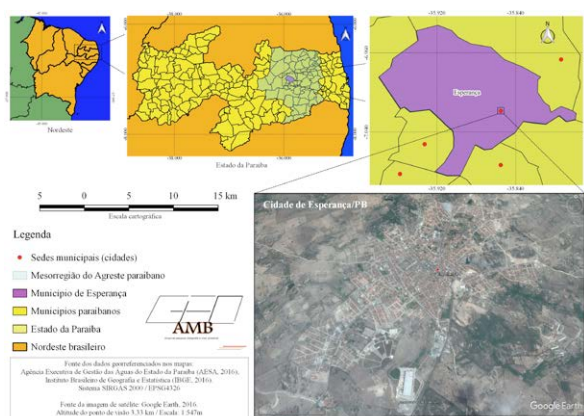
1 Ainda sobre a pesquisa que este trabalho ilustra, esta tem natureza qualitativa e suas fontes de informação para abordagem do objeto são, especialmente, a bibliográfica, documental e de observação de campo. Trata-se, quanto aos objetivos, de uma pesquisa explicativa, uma vez que, além de registrar e analisar processos, identifica as causas e consequências destes (SEVERINO, 2007).

2 Apesar de estes autores não focarem a questão urbana em seus trabalhos, tem sido notória sua relevância em termos de contribuição teórica para os estudos atuais que se voltam à análise do espaço urbano.

estaduais e federais, caracterizando a organização do espaço e o quadro de desenvolvimento municipal; e d) Produção de iconografias representativas da relação entre desenvolvimento e cidades pequenas, a partir dos dados secundários e da análise da organização espacial da cidade pesquisada.

A cidade analisada – Esperança – localiza-se no estado da Paraíba, mesorregião do Agreste Nordestino (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Esperança no Agreste paraibano



Fonte: Aragão (2016).

Esta cidade tem passado nas últimas décadas por transformações em sua estrutura urbana, especialmente: a) no que tange à articulação com redes urbanas através da expansão dos sistemas técnicos de rodovias estaduais e federais, sistemas de comunicação por meio de rádio, TV, internet e outros aparatos de informatização e difusão de conhecimento; b) no que se refere à ampliação de seu setor econômico terciário composto por unidades comerciais e de prestação de serviços dirigidas à população local e intermunicipal circunvizinha; c) quanto à expansão de sua malha urbana com formas de planejamento espacial que transcendem a atuação do Estado, seja na atuação de agentes mobiliários providos pela economia urbana formal de acesso à terra, seja na atuação de agentes informais de produção do espaço; e, d) pela repercussão socioambiental dos processos anteriormente citados, cuja externalidade é exemplificada pela ampliação da crise de abastecimento hídrico face à ampliação e diversificação da demanda por água, além da ineficiência e/ou ausência de serviços públicos fundamentais às populações de baixa renda residentes nos espaços periurbanos, também denominados, neste trabalho, de franjas urbanas.

Localizada na região natural do brejo paraibano, Esperança tem sua polaridade restringida ao grupo de municípios vizinhos, tendo em vista a importância do comércio local e a atuação de alguns agentes sociais econômicos, como a distribuidora Almeida, com influência transestadual. Atualmente o município tem apresentado novos fluxos de polaridade, com a instalação de um Campus do Instituto Federal da Paraíba, o que pode contribuir para uma nova funcionalidade desta cidade dentro da rede urbana regional.

Este fato corrobora a hipótese de que a difusão de sistemas técnicos – como os que subsidiam o crescimento econômico da cidade, a exemplo da reestruturação da BR 104, que a atravessa – tem condicionado à Esperança uma nova etapa de crescimento urbano, seja de sua malha urbana, seja de seus contingentes populacionais.

Tais dinâmicas são refletidas na dinâmica espacial da cidade que, ampliada com a circulação de bens, serviços e pessoas, por meio da centralidade econômica do centro urbano em análise, face às cidades e zonas rurais circunvizinhas, gera a intensificação do processo de especulação imobiliária, especialmente nos espaços periurbanos, estes, por sua vez, ocupados de forma acelerada e, não raro, desprovida de planejamento sustentável e de serviços públicos essenciais.

Neste ínterim, o método deste trabalho é dirigido aos espaços periurbanos, concebendo-os em sua dinâmica espacial no que tange, especialmente, às vinculações dos agentes sociais de produção do espaço intraurbano; e, secundariamente, às perspectivas interurbanas e regionais da reprodução da cidade de Esperança no Agreste Paraibano.

3 Fundamentação teórica

O desenvolvimento, seja em sua concepção libertária (SEN, 2010), incluído (SACHS, 2008) e ou sustentável (SACHS, 1986 e 2008; SILVA, 2008), espalha-se para além de qualquer área do conhecimento. Embora seja delimitável e passivo à análise perante as ciências humanas especialmente, constitui objeto teórico complexo. O estudo deste tema e sua relação com as cidades pequenas inspira, por isso, a contribuição da Geografia que, enquanto saber sistêmico, tem dedicado esforços para compreender as cidades no contexto urbano e de relações com o meio rural. Acredita-se que, em face destas contribuições e dos necessários diálogos com as ciências humanas,

o modo de abordagem do objeto em tela seja numa perspectiva sistêmica.

De acordo com Spósito e Silva (2013), as cidades pequenas vêm tendo seu espaço no cenário acadêmico, mas exercem papel secundário nas decisões inerentes ao funcionamento da rede urbana. Vê-se, contudo, que nos últimos decênios tais cidades têm sido incorporadas por processos de modernização da rede urbana e dos fluxos que por ela expandem o modo de produção capitalista (CORRÊA, 2015).

Este processo tem recebido, de forma indistinta às suas variantes, a denominação de desenvolvimento, sobretudo quando marcado pela difusão de instrumentos técnicos de comunicação, transporte e logística bem como pela implementação de verdadeiras próteses num espaço sempre reproduzido mediante novas engenharias voltadas à reprodução das relações sociais e à produção econômica.

As cidades pequenas caracterizam-se pelas “dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas” (GONÇALVES, 2005, p.199 *apud* COUTINHO, 2011, p. 88). Segundo Corrêa (2015), as pequenas cidades, numerosas que são, refletem a incidência de um mercado gerador de trocas fundamentadas numa divisão territorial do trabalho. Este autor também explica que a existência de muitos centros pequenos é resultante, por outro lado, da

deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em plantations caracterizadas pelo trabalho intensivo. Decorre então uma grande demanda de bens e serviços caracterizados por limitados alcances espaciais mínimo e máximo, responsáveis pela relativa proliferação de inúmeros centros de mercado no espaço (CORRÊA, 2015, p. 258-259).

Como num tabuleiro de xadrez, estas cidades podem se tornar áreas interessantes ou estranhas ao capital, a depender das reais condições oferecidas pela conjuntura espacial que varia no tempo em consonância às técnicas disponíveis e sua ligação aos meios de produção, matérias primas e material humano (consumidor e produtor) disponíveis. Corrêa (2015) chama a atenção para o impacto da refuncio-

nalização e alteração funcional sobre os pequenos centros, resultante do processo de globalização.

São as cidades pequenas, portanto, impulsionadas a um crescimento de padrão externo, raramente envolvido por orientações, preocupações e planejamento socioambiental. O resultado desta dissonância é o surgimento de conflitos, ainda que potenciais. Trata-se também de uma evidência da contraditória relação entre o interno e o externo. Santos (2012a, p. 103-104) esclarece a noção de interno e externo.

O processo de evolução da totalidade do espaço dependente ou de uma de suas frações supõe um confronto, às vezes um conflito, entre fatores externos e internos. Trata-se de fatores externos ou internos ao país, à região, ao lugar. Desse modo, externo não é forçosamente exterior, exceto quando a escala de estudo ou da variável é o país tomado como um todo. Quando se trata, por exemplo, de um lugar pequeno ou grande, o externo é dado pela região, pelo Estado, pela Nação. Quanto ao interno, sua dimensão varia também com a escala de análise adotada. Mas sua definição pode ser dada como sendo a do conjunto de variáveis tal qual [sic] estão presentes na área em questão.

Assim, a cidade pequena é entendida como um núcleo da produção capitalista globalizada. A depender de seu papel na hierarquia urbana (que não é estático), tem uma função definida pela e para a produção (CORRÊA, 2015). A partir de sua história recente, o espaço urbano contraditoriamente globalizado é cada vez mais “integrado”, no que diz respeito à produção ditada pelo e para o lucro, e “fragmentado” do ponto de vista social e ambiental às classes mais exploradas (SANTOS, 2007). Esta contradição fica explícita ao analisar o espaço, conforme propõe Santos (2007; 2012b), bem como ao verificar as formas de espacialidade dos processos de desenvolvimento.

Com base, todavia, nas limitações que as políticas de desenvolvimento têm apresentado no Brasil, em especial nas cidades, questiona-se que desenvolvimento é capaz de fragmentar ao invés de integrar. Neste sentido, a noção de desenvolvimento reproduzida no discurso político é posta em xeque: haverá desenvolvimento sem qualidade de vida para todos e sem, minimamente, as condições de construção de uma cidadania efetiva e socializada?

De acordo com Silva (2008, p. 16-17), “após a inclusão do desenvolvimento sustentável, na pauta de discussão dos fóruns mundiais da década de 1970, o tema era tratado, até meados de 1980 como uma composição das dimensões econômica, social e ambiental”. Sachs (1986) propôs mais duas dimensões: a espacial e a cultural. Ele defende que, além de respeitar e analisar as relações entre o urbano e o rural, é preciso identificar os valores culturais desse processo. Amaral e Ri (2011, p. 139), por sua vez, dizem:

O desenvolvimento é um fenômeno com dimensão histórica. Cada economia enfrenta problemas que lhe são específicos, não há como afirmar que existem fases de desenvolvimento, na qual passam todas as sociedades seguindo os moldes da industrialização europeia. No contexto histórico em que surgiu a ideia de desenvolvimento, este implica na [sic] reparação das desigualdades passadas, criando uma conexão incapaz de preencher um abismo civilizatório entre a antiga metrópole e a antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento trás [sic] consigo a promessa de tudo, a modernidade inclusiva pela mudança estrutural.

Com base nesses aportes, verifica-se a necessidade de contrapor a noção do discurso de desenvolvimento com a realidade e seus fatores principais, quais sejam, o econômico, o ambiental, o cultural e o espacial. Soma-se a estes o fator político, tendo no conjunto destes fatores uma proximidade ao todo social.

Neste íterim, concebe-se pertinente a preocupação de Sen (2010) em teorizar o desenvolvimento na perspectiva da liberdade das individualidades. Neste caso, não se trata de uma teorização baseada na concorrência individualista, típica dos contrafortes do capitalismo, mas sim de uma análise conjuntural de promoção do bem estar social a partir das do alcance das demandas dos indivíduos organizados em classes.

Nesta mesma perspectiva, aproximando-se, todavia, de um ideal de desenvolvimento sustentável, Sachs (2008) realiza a discussão sobre um processo de desenvolvimento baseado na inclusão como critério elementar da sustentabilidade. Para ele, “sob algumas circunstâncias, a inclusão justa se converte

em requisito central para o desenvolvimento. Se o adjetivo deve colocar atenção no aspecto mais essencial do paradigma de desenvolvimento, podemos falar então de desenvolvimento includente” (SACHS, 2008, p. 38).

Com base nestas contribuições, buscar-se-á identificar que concepção de desenvolvimento permite refletir o processo nas pequenas cidades. Apesar de conceber o conceito de desenvolvimento sustentável como uma “redundância necessária”, tentar-se-á seguir a proposta de Silva (2008) para, juntamente à concepção de Sachs (1986), investigar que desenvolvimento se materializa em pequenas cidades, identificando seu reflexo sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais.

Ainda sobre este tema, frisa-se que, segundo as Nações Unidas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010a), o crescimento das cidades significa que elas serão responsáveis por prestar serviços, como: educação e habitação acessíveis, água potável e alimento, ar limpo, um ambiente livre do crime e transporte eficiente.

Nos esforços para reduzir a pobreza, gerir recursos naturais, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas, a tendência à urbanização tem enormes implicações. As cidades, no entanto, apresentam problemas limitantes para os desafios mundiais, tais como: congestionamento, infraestrutura declinante, falta de fundos para serviços básicos e escassez de habitação adequada. Mais uma vez, faz-se necessário, à luz do objeto de estudo – as cidades pequenas –, chamar a atenção para a proposta de Santos (2012b) no sentido de discutir o lugar com vistas em compreender sua ligação com a totalidade espacial.

Assim sendo, verifica-se nas cidades pequenas a possibilidade de reversão do quadro ou, pelo menos, de desaceleração do ritmo de crescimento urbano insustentável que existe e que o influencia de forma dialética. Isto implica a revisão das propostas de desenvolvimento que, à mercê do que propõem, têm consolidado a continuidade de dilemas e contradições sociais, inclusive no âmbito inter e intraurbano adjacente às cidades pequenas brasileiras. Sua análise é, pois, necessária e encontra relevantes aportes nas ciências humanas e suas vertentes, como a geografia urbana, a sociologia do desenvolvimento, a política social e a economia em rede. Mais que a individualidade e peculiaridade teórica e metodológica de cada área, a temática exige a reflexão transversal e inter-

disciplinar viabilizada pelo contato entre estas áreas do saber e destas com a realidade local.

4 Resultados e discussão

O lema quase publicitário do desenvolvimento tem se efetivado em países (Brasil, por exemplo) como verdadeiro dilema, uma vez que se materializa por meio de políticas paradoxas que conclamam o crescimento econômico como caminho principal e, por vezes, unitário da via desenvolvimentista (FURTADO, 2007), divergindo da proposta apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), por exemplo.

Tal contexto não se encontra restrito às grandes cidades. Acredita-se, inclusive, que seja fora das grandes cidades onde o problema tende a ser mais expressivo numericamente, considerando a maior quantidade de pequenos núcleos urbanos, como ocorre no Brasil (CORRÊA, 2015), assim como os processos modernizantes fundados na globalização com expansão dos instintos consumistas e da produção em massa.

Registra-se ainda que estes pequenos núcleos urbanos, em muitos municípios brasileiros, despontam como lugares nos quais se podem identificar as heranças deixadas pelos “ismos”: paternalismo, assistencialismo e coronelismo. Além disso, frisam-se as parcas condições de gestão ambiental e urbana conduzidas pelas políticas disponíveis em cidades de pequena influência na rede urbana. Citam-se ainda os conflitos entre as esferas administrativas do poder, quais sejam: federal, estadual e municipal, os quais tendem a se tornar mais intensos nas realidades locais dos municípios.

O desenvolvimento teórico da pesquisa, para além dos aspectos citados anteriormente e na fundamentação teórica deste artigo, também tem provocado o olhar para o bojo das pesquisas sociais dos Institutos Federais, uma vez que, no município de Esperança, desenvolve-se um processo de implantação de um Campus, de cuja atividade resulta esta pesquisa. Assim, torna-se relevante compreender como cidades pequenas, a exemplo de Esperança, imbuídas pela lógica de desenvolvimento – que insere a educação técnica no discurso, associada à expansão de novas redes de conhecimento para ci-

dades de pequeno porte no interior do Brasil – tem absorvido essas políticas públicas³.

Para tanto, foram levantados documentos institucionais sobre desenvolvimento em diferentes escalas, do internacional ao estadual (Quadro 1).

Quadro 1 – Levantamento de documentos institucionais sobre desenvolvimento e escala de abordagem

Nome do documento	Instituição elaboradora	Escala de aplicação
Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Organização das Nações Unidas	Internacional
Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Nacional
Metas de Sustentabilidade para os municípios brasileiros	Programa Cidades Sustentáveis	Nacional
A Paraíba no contexto regional e interno	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas	Estadual
Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba	Secretaria de Planejamento e Gestão do estado da Paraíba	Estadual

Fonte: Os autores, 2016.

Foi observado que, das referências internacionais para aquelas mais próximas do lugar, existem diferenças de enfoque, o que pode ser considerado normal, em face das peculiaridades que cada lugar apresenta. Identificou-se, todavia, um estreitamento da concepção de desenvolvimento que, quanto mais objetivado para as realidades microrregionais e locais, mais se distanciava das demandas sociais urgentes, o que deixa explícita a falta de alinhamento entre as

3 Entre as leituras complementares realizadas de forma a subsidiar uma reflexão paralela, porém em parte associada à questão do desenvolvimento, destacam-se como interessantes os estudos de Aragão (2016) sobre pesquisas sociais em Geografia no âmbito dos Institutos Federais brasileiros assim como o trabalho de Caldas, Pacheco e Sobrinho (2012), que tratam dos limites e possibilidades das instituições de ensino técnico no âmbito federal.

propostas, seja entre as escalas de aplicação, seja na transposição do plano documental para a realidade.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) constituem uma agenda global de luta contra a extrema pobreza que visa fortalecer também a paz mundial, a liberdade e a prosperidade. Além dos 17 objetivos, são postuladas 169 metas que anunciam uma audaciosa e necessária ambição para o período de 2015 a 2030. Destacam-se como objetivos gerais da proposta:

- a) acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial, em matéria de dignidade e igualdade em um ambiente saudável;
- b) proteger o planeta da degradação, inclusive, por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que se possa atender às necessidades das gerações presentes e futuras;
- c) assegurar a todos os seres humanos o desfrute de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

No documento “Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010a, p. 5), tem-se que:

Valores são fundamentais ao desenvolvimento humano. Valores são guias de ação e influenciam o modo pelo qual as pessoas elegem suas prioridades e tomam suas decisões. Assim, valores impregnam comportamentos e normas sociais e estão na base do que as sociedades decidem fazer para se desenvolver. Uma visão de desenvolvimento meramente como crescimento econômico desconsidera um aspecto importante: que o desenvolvimento, para ser humano, precisa de pessoas participando, vivendo valores e construindo razões sobre o que é bom ou desejável para uma sociedade.

Como se observa, a perspectiva de desenvolvimento como processo de valorização do humano se estende na proposta para o Brasil de desenvolvimento, defendida pela ONU. Embora seja possível

identificarem-se particularidades determinadas historicamente para o debate da questão do desenvolvimento no Brasil, é possível perceber, no texto, a prerrogativa do desenvolvimento a partir da socialização das condições tecnológicas, econômicas e de inclusão justa.

Nos “Eixos integrados de desenvolvimento da Paraíba” – elaborados pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado da Paraíba, apesar da importante ênfase na socialização dos avanços obtidos com os programas governamentais de integração dos Arranjos Produtivos Regionais e Locais –, verificou-se a deficiência das ações, no que tange à horizontalização dos benefícios oriundos das atividades econômicas do Estado para as classes sociais mais desamparadas pelas políticas públicas, conforme se pode comprovar em sua apresentação:

Esta produção, iniciativa do Governo da Paraíba com decisivo apoio da SUDENE, apresenta, em riqueza de detalhes, destacados conteúdos prospectivos e propositivos, observados e analisados através das perspectivas do Desenvolvimento Industrial, da Micrologística de Transporte, da análise da oferta e demanda de Capacitação do Capital Humano, da Telecomunicação e da Tecnologia da Informação – TIC e, por fim, das questões pertinentes ao suprimento Energético do Estado da Paraíba (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PARAÍBA, 2014).

Apesar de constituir questão de suma importância no que se refere à geração de riqueza, ampliação dos meios de contratação da força de trabalho e ampliação das fontes de dinamismo econômico no estado, verifica-se a necessidade de pensar a aplicação destas fontes no cotidiano das cidades que polarizam essas atividades. Em outras palavras, o crescimento econômico precisa ser organizado pelo Estado na direção do desenvolvimento social, cuja materialização se faça nas dimensões da vida cotidiana, quais sejam: educação, saúde, moradia, segurança, saneamento básico (especialmente abastecimento hídrico e esgotamento sanitário) e emprego, por exemplo.

É preciso destacar que estas características, associadas à questão da sustentabilidade dos recursos naturais, constituem-se em matéria escassa ou precariamente disponibilizada para as populações de baixa renda residentes em áreas urbanas e rurais do Brasil, o que distancia o país em ter êxito nas proposi-

ções estabelecidas em documento como aqueles da Organização das Nações Unidas.

O caso do município de Esperança permite exemplificar esta realidade contraditória. Com IDH de 0,623, considerado de faixa média (0,600 a 0,699), o município em tela, formalizado perante a lei em 1925, dispõe atualmente de uma população de 33.031 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Desde 1991 o IDH do município de Esperança vem apresentando crescimento. Em quase duas décadas (1991 a 2010) passou de 0,350 para 0,623, o que corresponde a um avanço de quase 100%.

A dimensão que mais contribui para o IDH do município tem sido a longevidade, com índice de 0,767, seguida pela Renda, com índice de 0,598, e pela Educação, com índice de 0,526 (PNUD, 2010b). Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil:

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,350, em 1991, para 0,623, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em [sic] uma taxa de crescimento de 78,00% para o município e 47% para a UF e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 58,00% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,378), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Apesar do expressivo crescimento, o município situava-se, em 2010, na posição 3.631 entre os 5.570 municípios brasileiros. Observa-se também que, em alguns dados, o valor da renda per capita ainda é demasiadamente baixo, apesar dos avanços aferidos entre 1991 e 2010. Neste período, a variação da renda per capita foi de 138,03 para 330,66. Esta variação expressa, de forma relativa, a distribuição de riquezas no município entre o total demográfico, tratando-se de dado que não permite, por si só, enxergar a realidade nos bairros mais carentes localizados na cidade.

No mesmo período, de 1991 a 2000, identificou-se um crescimento absoluto da população municipal: de 27.594 para 31.095 habitantes, paralelamente ao crescimento do percentual total de população resi-

dente em área urbana – de 60,86% para 69,56%. Segundo o IPEA, no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010b, p. 4), “entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 65,81% para 57,19% e a taxa de envelhecimento, de 8,70% para 9,78%”.

Estes dados indicam, por um lado, a diminuição do percentual de jovens menores de 15 anos dependentes do grupo populacional entre 15 e 64 anos de idade. Por outro lado, indicam também a ampliação das faixas populacionais que demandam formação para entrada no mundo do trabalho e primeiro emprego – somando-se à população ativa desempregada (mas em busca de empregabilidade) –, as quais foram ampliadas na sede municipal, especialmente com o crescimento econômico provido pela expansão dos setores de comércio e serviços.

A cidade de Esperança-PB destaca-se, entre outros aspectos, pela diversificação das atividades comerciais e de prestação de serviços (Figura 2). Tal realidade é explicitada em sua paisagem pelo conjunto de edificações utilizadas como ponto de venda e distribuição de mercadorias e serviços diversos. Este processo tem inspirado o dinamismo de outros setores, como o imobiliário, inclusive com a construção de pequenos condomínios fechados situados nas franjas urbanas da cidade e de loteamentos residenciais. A centralidade destas atividades, contudo, pode camuflar problemas que atingem a população de menor renda e que não possui acesso direto aos benefícios resultantes do dinamismo econômico que a cidade tem concentrado, tampouco da expansão de novas formas de urbanismo resultantes da criação de condomínios fechados e loteamentos residenciais em áreas de franja urbana da cidade.

Em síntese, é possível defender que os dados levantados demonstram indicativos de ampliação de serviços públicos de forma dissolvida no total populacional do município. É possível, segundo dados do IPEA (PNUD, 2010b), demonstrar isso com os percentuais de população em domicílios com água encanada que cresce de 57,84% (1991) para 70,98% (2010); índice de mortalidade infantil com queda de 53,04% (1991) para 24,30% (2010); e percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola com queda de 43,03% (1991) para 2,67% (2010).

As observações de campo, combinadas ao levantamento de outros dados municipais de vulnerabilidade social levantados pelo Programa das Nações Unidas e do Instituto de Pesquisas Econômicas Apli-

cadras, atentam para a necessidade de precisão sobre os espaços urbanos que concentram populações em situação de vulnerabilidade residentes na cidade de Esperança ou, conforme vem-se propondo nesta unidade, desprovidas dos benefícios integrais, de inclusão justa e de sustentabilidade de um processo de desenvolvimento efetivo.

O percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa, manteve-se elevado entre 2000 e 2010, variando de 22,68% para 21,15%. Já o índice de vulneráveis à pobreza apresentou diminuição de 88,05% para 60,57%. Estes dados, apesar de indicarem avanços nas políticas sociais, não especificam a localização das áreas nas quais os benefícios possíveis pelos avanços tecnológicos existentes bem como pelas políticas públicas que garantem este acesso a todos os brasileiros, ainda não chegaram em sua totalidade.

Figura 2 – Recortes de paisagens do centro comercial e de prestação de serviços mais áreas de franjas urbanas da cidade de Esperança, estado da Paraíba



Fotos: Aragão, 2016.

Neste sentido, a observação de campo fez-se atividade crucial para identificar formas e funções que compõem espaços citadinos de Esperança, nos quais se verificam carências infraestruturais, sociais, ambientais e ou econômicas (Figura 3), resultantes tanto da ação precária do Estado quanto da população desassistida pelas políticas públicas, com ações de mobilização insuficientes ou inexistentes e em certos casos com práticas insustentáveis.

A partir dos recortes das paisagens acima, se identificam problemas que externam tanto as condições de diferentes setores da cidade quanto – de um modo geral, porém sem uma geometria perfei-

ta – das que se evidenciam entre centro e periferia. Enquanto o centro da cidade concentra as atividades econômicas e os principais equipamentos públicos, como escolas, praças, prédios de instituições e associações, veem-se de forma menos concentrada as mesmas ofertas nas periferias. Isto, contudo, não elimina a existência de problemas relevantes nestas áreas centrais, como a concentração de famílias com baixa renda em setores centralizados no espaço urbano (como a localidade do Catolé, citada popularmente pelos problemas de violência), e outros relativos ao saneamento básico como os evidenciados na foto “A” da Figura 3, em setor próximo ao centro da cidade.

Figura 3 – Recortes de paisagens na cidade de Esperança que indicam carência de serviços básicos



Fotos: Aragão, 2016.

Nas periferias, contudo, destaca-se o modelo de ocupação do solo de modo acelerado e desprovido dos serviços públicos fundamentais como iluminação, arborização (Foto C da Figura 3), saneamento básico (Foto B da Figura 3), coleta regular de lixo (Foto D da Figura 3), oferta de equipamentos públicos de lazer, saúde e educação. Nestas áreas, é possível observar que a densidade de construções com fins residenciais é a geradora principal de resíduos de origem da construção civil. Consorciadamente tem-se a questão da disposição indevida de lixo pela população, cujos malefícios são intensificados pela atuação insuficiente do Estado, seja no controle da ocupação e uso do solo, seja na orientação de políticas de educação ambiental e de serviço social.

Não é possível, entretanto, estabelecer, para o caso de Esperança, uma regra geral que insira todas as suas áreas periféricas num conjunto de estruturas e políticas sociais inexistentes. Em alguns setores periféricos da cidade (Figura 4), foi possível identificar

a existência de creches, obras de construção de um Campus do Instituto Federal (Foto B da Figura 4), unidades de saúde (Foto A da Figura 4) e unidades do ministério público federal, além dos fóruns (Fotos C e D da Figura 4).

Esta diversidade de realidades periféricas é reflexo de uma diversificada forma de atuação dos agentes imobiliários, entre os quais se destacam os proprietários de terra, os especuladores imobiliários (agências imobiliárias), os agentes informais de ocupação e o próprio Estado. Este, por sua vez, regula diferentes processos de divisão do solo urbano. Em Esperança, além da difusão acelerada de loteamentos, tem-se a expansão de pequenos condomínios fechados, nos quais se instalam famílias de média e alta renda.

Figura 4 – Prédios públicos de prestação de serviços situados em alguns setores da periferia da cidade de Esperança



Fotos: Souza, 2016.

A diferenciação dos perfis familiares que ocupam estas áreas é, sem embargos, determinante para identificar os impactos desta urbanização acelerada e incompleta nas periferias, no que tange ao acesso ao centro da cidade bem como na oferta dos serviços públicos urbanos. O poder aquisitivo das famílias pode implicar impactos negativos sobre elas, estes resultantes da ausência de serviços como os acima citados e a inexistência de estruturas básicas.

Acredita-se que as dinâmicas observadas nestas áreas não representam a concepção de desenvolvimento libertário defendida por Sen (2010), tampouco a proposta de desenvolvimento sustentável incluída de Sachs (2008). Observa-se que estas dinâmicas refletem, na verdade, a lógica do crescimento econômico materializado nas cidades de forma acelerada,

provocando uma expansão desordenada dos espaços periurbanos.

No caso de Esperança, esse crescimento econômico é reflexo de sua localização na malha interurbana de cidades articuladas pela BR 104 que, ao atravessar o centro da cidade, viabiliza a atração de dinâmicas econômicas e sociais que ampliam a circulação de pessoas em busca de serviços e bens comerciais que passam a ser ofertados na cidade. Eis que a centralidade exercida por Campina Grande, cidade intermediária situada a 26 km de Esperança, torna-se, nesse âmbito microrregional, relativizada, à medida que esta cidade realiza, de forma mais destacada nas últimas décadas, um papel de influência perante as regiões circunvizinhas, concentrando um grupo de demandas por bens e serviços que passam a ser ofertados. Tal processo, contudo, não anula a influência de Campina Grande como centro intermediário na região do Agreste paraibano, mas reforça sua centralidade à medida que novos centros de polaridade econômica, a exemplo de Esperança, emergem como extensão de parte dos serviços e comércios até pouco tempo restritos a Campina Grande.

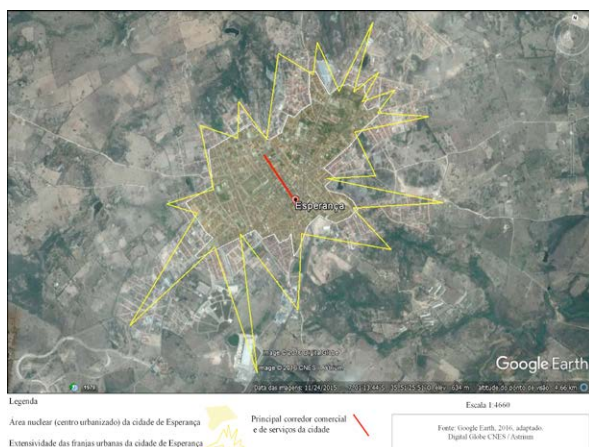
Tão logo a centralidade de Campina Grande se realiza, Esperança ganha, com sua localização, a possibilidade de alavancar processos econômicos de menor envergadura, porém com maior destaque perante os municípios circunvizinhos. Isto se reflete na expectativa de especuladores imobiliários que expandem os projetos de construção de conjunto de residências, pequenos condomínios e loteamentos. Além destes agentes formais, amplia-se de forma muito acelerada a produção de espaços informais, com precária infraestrutura urbana.

A partir da imagem de satélite a seguir, é possível identificar áreas de grande instabilidade urbana, no que tange à oferta de serviços básicos como calçamento, iluminação pública, saneamento, transporte público, coleta de lixo, segurança, arborização, oferta de espaços de lazer e cultura (Figura 5).

Conforme indica a imagem, a área que indica o centro urbano consolidado da cidade não estabelece um limite fixo e bem delimitável em campo sobre o que é centro e o que é periferia. Na verdade, a área identifica uma zona que centraliza na cidade seus fluxos demográficos e econômicos em relação às zonas não urbanizadas das franjas. Em cada recorte da cidade, áreas que se posicionam entre o que se considera como centro, devido à oferta de serviços urbanos, à consolidação do processo de urbanização

e às franjas urbanas, nas quais se verifica a ausência dos serviços básicos anteriormente citados, apresentaram dimensões diferenciadas.

Figura 5 – Imagem de satélite que indica zonas de transição da cidade de Esperança com áreas de urbanização não consolidada



Fonte: Os autores, 2016.

Como se dá de forma distinguida, segundo o tipo de ocupação do solo, infraestrutura oferecida pelo estado e condições socioeconômicas das classes sociais que utilizam os espaços de franjas urbanas, torna-se difícil classificar a distribuição dos espaços externos ao recorte destacado na imagem de satélite, por nível de necessidade socioeconômica e infraestrutura, em relação à prioridade de serviços a serem prestados. O aspecto distância do centro comercial foi considerado, uma vez que os pleitos sociais (Quadro 2) identificados não aparecem de forma homogênea em todas as áreas de franja urbana da cidade.

Com base nos pleitos sociais identificados no trabalho de campo, vê-se como prioritária a necessidade de maior atenção do Estado para com os espaços periurbanos que, em cidades como Esperança, dinamizadas pela economia regional, tendem a crescer de forma intensa.

Além disso, registra-se que, apesar da difusão do urbanismo imobiliário periurbano, exemplificado com a construção de condomínios fechados em cidades de diferentes portes e funcionalidades, os quais concentram segmentos sociais de maior poder aquisitivo, as áreas de franjas urbanas destacam-se por concentrar contingentes significativos de população de baixa renda, para a qual são externadas de forma mais cruel as consequências negativas da ausência

e ou ineficiência dos serviços públicos anteriormente descritos.

Quadro 2 – Pleitos sociais identificados em áreas de franja urbana na cidade de Esperança, Estado da Paraíba

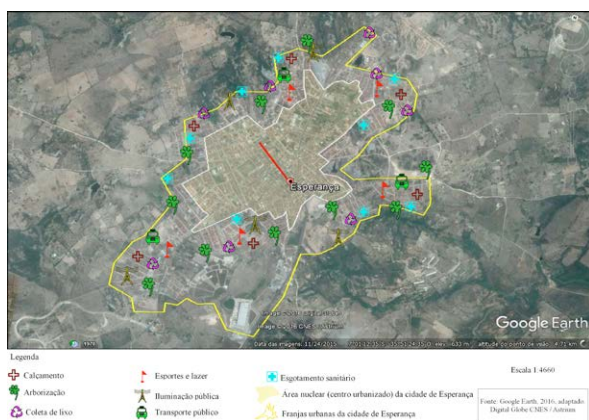
Pleitos sociais	Descrição da realidade observada nos setores de franja urbana
Calçamento	Ruas sem calçamento e bastante povoadas, além de muitas delas estreitas e com ravinas devido à erosão e escoamento das águas pluviais e dos efluentes das casas
Iluminação pública	Ruas com precária iluminação pública, muitas delas com postes, porém com iluminação insuficiente ou deficiente
Segurança	A falta de iluminação pública e a prática de atividades ilícitas ligadas ao consumo de drogas ampliam as possibilidades de crimes e diminuem a segurança nestes espaços
Saneamento básico (esgotamento)	Esgotos a céu aberto indicam ausência de um serviço completo de saneamento básico, potencializando as chances de doenças infecto- contagiosas para a população residente nestas áreas. A crise de abastecimento hídrico que afeta toda a cidade majora este problema
Coleta de lixo	Resíduos sólidos domésticos e oriundos da construção civil indicam a rápida expansão urbana bem como a falta de educação ambiental da população e de serviço de coleta e tratamento de lixo adequado
Espaços de cultura e lazer	Oferta insuficiente de espaços de cultura e lazer nas áreas de franja urbana ampliam as possibilidades de marginalização e o distanciamento dos jovens das práticas esportivas e culturais. A condição não favorece também a população idosa, que precisa se deslocar por distâncias mais elevadas para prática de exercícios
Arborização	Ruas sem arborização e espaços verdes demonstram um modelo de crescimento sem preocupação com a qualidade funcional das massas vegetais, o equilíbrio ambiental e a qualidade do ar urbano, tampouco com a conservação de trechos de caatinga para a educação ambiental e valorização da natureza do lugar.

Fonte: Os autores, 2016.

Além disso, ressalta-se que essa população de baixa renda constitui um contingente humano de: a) trabalho atraído e ou mantido pela dinamização econômica da cidade; b) demanda social no que tange ao direito a serviços públicos essenciais; e c) ação produtiva de novos espaços, à medida que compõem inúmeros grupos sociais que (re)produzem o espaço urbano de forma ora consorciada, ora contraditória ao Estado e aos agentes econômicos.

A presença desses agentes sociais no espaço urbano é efetivamente percebida à medida que as áreas ocupadas por populações de baixa renda não são atendidas pelo conjunto de políticas públicas ofertadas pelo Estado. O mapa a seguir (Figura 6) indica a localização dos principais pleitos sociais observados nas áreas de franja urbana da cidade de Esperança e, sem embargos, mais sentidos por sua ausência ou ineficiência do serviço prestado para a população de baixa renda residente nessas áreas.

Figura 6 – Localização de pleitos (demandas) sociais em áreas de franja urbana da cidade de Esperança, estado da Paraíba



Fonte: Os autores, 2016.

Esses pleitos indicam também a possibilidade de caminhos sociais de intervenção em prol dessas populações. Em outras palavras, esta análise chama a atenção para serviços e direitos fundamentais para o cidadão, os quais precisam ser disponibilizados às pessoas, haja vista seu direito à vida na cidade.

Diferentemente das classes que consomem o espaço de condomínios fechados, por exemplo, as populações de baixa renda sofrem com a ausência/ineficiência das políticas públicas essenciais. A ampliação dos serviços públicos, como os destacados no quadro anterior, são um desafio e uma tarefa

fundamental para a melhoria na qualidade de vida nas cidades,.

Com base nestes aspectos, acredita-se que, embora se destacando em nível intermunicipal com seu crescimento econômico, a cidade de Esperança apresenta-se distante dos ideais de desenvolvimento sustentável propostos desde as esferas internacionais, como a Organização das Nações Unidas, até as proposições das políticas nacionais e estaduais de desenvolvimento.

Tal como se observa em inúmeras cidades brasileiras, o discurso de desenvolvimento tão arraigado na fala de setores governamentais maquiadores da realidade, tem sido limitado ao crescimento econômico típico do sistema capitalista. A oferta de serviços públicos essenciais precisa ser estendida às áreas mais distantes do centro consolidado das cidades.

No caso das cidades pequenas, cuja relação com o rural, principalmente nos espaços periurbanos, torna a condução de uma política urbana mais complexa, a presença do Estado precisa ser bastante efetiva, na perspectiva de evitar a repetição do exemplo bastante estudado das grandes cidades brasileiras.

É necessário alertar, por isso, sobre o cuidado com os discursos de amenidades para justificar a ausência dos serviços públicos essenciais, usando-se da dimensão das cidades pequenas para explicar que tudo que a população deseja está no centro da cidade, porém a questão que se coloca é a do acesso aos serviços públicos e a da noção de justiça, fundamental, por sua vez, para as populações de baixa renda residentes em locais mais distantes do centro comercial.

5 Considerações finais

A análise da temática apresentada tendo como objeto de estudo a cidade de Esperança, estado da Paraíba, tem contribuído para consolidar a ideia de desenvolvimento sustentável como paradigma a ser alcançado. O caminho para tal empreitada demonstra-se bastante tortuoso, uma vez que, apesar das potencialidades locais e regionais, identificam-se marcas espaciais contraditórias do discurso do desenvolvimento. Entre estas marcas, destacam-se a dissociação entre o crescimento de espaços urbanos e a oferta de atrativos urbanos públicos, além da acessibilidade urbana, bem como os impasses políticos que adiam as demandas sociais em serviços públicos essenciais das periferias urbanas a cada ciclo de mandato político iniciado.

O estudo da cidade de Esperança também exemplificou a contradição existente, primeiramente entre as políticas que limitam a perspectiva de desenvolvimento à dimensão econômica da vida social e política e, em segundo plano, na desatenção do Estado aos espaços periurbanos (franjas urbanas) que expõem a urgência de ações para mitigar as carências de serviços públicos, especialmente aos grupos sociais de menor poder aquisitivo.

Apesar disto, Esperança dispõe de centralidade, tendo em vista a importância do comércio local e a atuação de alguns agentes sociais econômicos com influência local, microrregional e transestadual. Além disso, apresenta novos fluxos de polaridade com a instalação de um Campus do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), o que pode contribuir para uma nova funcionalidade dentro da rede urbana regional bem como para a compreensão acerca de como cidades pequenas são inseridas na esteira de transformações contraditórias do desenvolvimento.

A este respeito, acredita-se que o Campus do Instituto Federal possa contribuir, dentro de suas alçadas, para a mitigação das injustiças geradas pelo tardeamento dos serviços públicos essenciais nas áreas de franja urbana de Esperança. Nessa perspectiva, unindo-se o IFPB à população dessas áreas e à gestão pública municipal, poderia ofertar produtos tecnológicos e ou técnicos e consultorias que permitissem aproximar esses sujeitos, além de contribuir na análise e revisão de documentos institucionais e ou legais, como o Plano Diretor Municipal e a Lei Orgânica Municipal, os quais podem constituir objeto de análise específica em estudos posteriores.

Os pleitos sociais identificados nos trabalhos de campo desta pesquisa podem ser utilizados também como tema em ações de extensão, pesquisa e ensino, nos quais possam ser problematizadas as realidades de cada classe social, forma de uso e ou ocupação do solo, além de refletidas as possibilidades de construção de sites, blogs e aplicativos de comunicação e ou denúncia que favoreçam a população no atendimento de seus pleitos por parte do Estado e igualmente contribuam com os governos locais para um melhor atendimento às demandas sociais.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: MULLER-PLANTENBERG, G. e AB'SABER, A. N. (Orgs.). **Previsão de Impactos: o estudo de impacto ambiental** no leste, oeste e sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. Um conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas Sobre o Quaternário. **Geomorfologia: GEOG/USP**, São Paulo, n. 18, 1969. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/14599993/294513207>> Acesso em: 15 ago. 2016.
- AMARAL, S. A. T.; RI, L. D. Capital social, democracia e desenvolvimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 136-149, jul./dez. 2011.
- ARAGÃO, J. P. G. de V. Tópicos sobre pesquisa social em Geografia no âmbito dos Institutos Federais no Brasil – apontamentos introdutórios. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 29, p. 46-60, 2016.
- BERTRAND, G. Paysage ET Géographie Physique Globale: equiseméthodologique. **Rev. Géogr. Des Pyrenées ET Du Sud-ouest (Toulouse)**, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: _____. (Org.). **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 42-61.
- CALDAS, L.; PACHECO, E. M.; SOBRINHO, M. D. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades. In: MORIGI, V.; PACHECO, E. M. (Org.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania**. Porto Alegre: Tekné, 2012. p. 9-15.
- COUTINHO, S. A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, p. 83-104, 2011.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250600>. Acesso em: 15 de out. 2016.
- MONTEIRO, C. A. de F. **Geossistemas a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os 17 objetivos do desenvolvimento**. Nova York: ONU, 2015.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Valores e Desenvolvimento**

Humano 2010. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Brasília, 2010a.

_____. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil.** Brasília: PNUD, 2010b.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil:** subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficinate Textos, 2006.

_____. Análises e Sínteses na Abordagem Geográfica da Pesquisa para o Planejamento Ambiental. **Revista do Departamento de Geografia da USP,** São Paulo. n. 9, p. 65-75, 1995.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2012b.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PARAÍBA. **Eixos integrados do desenvolvimento na Paraíba.** João Pessoa: SEPLAG, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Civilização brasileira, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. da S. **Desenvolvimento Sustentável:** um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

SOTCHAVA, V. B. Uma teoria de classificação de geossistemas da vida terrestre. **GEOGUSP,** São Paulo, n. 14, p. 69-77, 1978.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. da. **Cidades Pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

TRICART, J. *Ecogeography and rural management: a contribution to the International Geosphere-Biosphere Programme.* Paris: Longman Scientific & Technical, 1992.

_____. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao *Campus Esperança* e à Pró Reitoria de Pesquisa do IFPB pela bolsa concedida.